

Mesa Redonda 2 - Configurações atuais da pesquisa e do ensino de pós-graduação na interface urbano-ambiental: atualizando a agenda de pesquisa

RELATORA:

Ana Cláudia D. Cardoso
UFPA

A mesa foi coordenada pela professora Lucia Cony (GEA – UnB), contou com apresentações das professoras Eliane Bessa (UFRJ); Heloisa Costa (UFMG); Maria Lucia Martins (USP) e Laura Bueno (PUC Campinas), e com a professora Marília Steinberger (UnB) como debatedora.

Eliane Bessa

Sua apresentação abordou a relação entre políticas de saneamento e cidadania a partir de pesquisa realizada por vários anos na Baixada Fluminense. A pesquisa toma como ponto de partida os conceitos de qualidade de vida e cidadania, e a busca do avanço da gestão pública, particularmente da política de saneamento, neste caso, associada à política de saúde.

No âmbito teórico a pesquisa associa qualidade ambiental urbana, qualidade de vida e cidadania à gestão pública. Embora a discussão sobre qualidade ambiental urbana e sobre qualidade de vida seja muito difundida, ainda há espaço para reflexões. O país tem vivenciado ganhos e transformações, novos instrumentos, com maior participação social, mas do ponto de vista do planejamento e do urbano (escala local) a história é outra.

A Constituição de 1988 garantiu direito à vida digna, novos instrumentos, ampliação de canais de participação e de mecanismos de democracia participativa, e maior controle

da sociedade civil sobre as políticas públicas. Cabe ao Estado viabilizar estas conquistas com orçamento e controle, fiscalização, participação. Nesse aspecto se destaca o Estatuto da Cidade e seu objetivo de garantir o direito de todos a uma cidade democrática, que em última instância resultaria em qualidade de vida, o foco da discussão.

Na sua pesquisa a investigação avalia se as necessidades da população associadas aos objetivos do Estatuto (controle da especulação imobiliária, estímulo o desenvolvimento urbano, recurso à regularização fundiária, urbanização de áreas carentes, participação da sociedade nas decisões do executivo a partir de conselhos e audiências, obrigatoriedade de criação de instâncias participativas) estão de fato sendo atendidas pelo poder público, e como a ação se manifesta.

Eliane assume a premissa de que a qualidade de vida depende de qualidade ambiental urbana.

Historicamente a noção de qualidade sempre foi mensurada por indicadores, no caso da qualidade ambiental, há três vertentes principais de mensuração (ecológica, econômica, e híbrida), que dependem de muitas variáveis. Além desses aspectos objetivos, assume a necessidade da incorporação de aspectos subjetivos. Para o indivíduo prevalecem as necessidades básicas, mas até estas são socialmente instituídas. A necessidade de investigar como o indivíduo reage aos aspectos objetivos da qualidade, levou-a a incorporar

a dimensão subjetiva nessa mensuração. Revelaram-se aspectos objetivos e subjetivos da qualidade de vida, que só têm sentido se houver uma escala local onde a qualidade ambiental se manifesta. É onde está acontecendo a transformação e onde as políticas públicas estão sendo vivenciadas.

O lugar é a situação concreta e há grande importância da formação histórica e cultural, capaz de revelar as estratégias de ocupação territorial.

Caso da Baixada Fluminense, resultado de formação típica periférica, com população pobre, cidades dormitório, Exemplo de Belford Roxo, onde existe um programa governamental que já dura mais de 15 anos, e que já assumiu vários nomes (Baixada Viva, Nova Baixada) e financiadores (PAC, Banco Mundial), e depois de tantos investimentos não se observa transformação significativa na situação original. As mudanças para melhor ainda estão bem aquém da transformação esperada.

Os Bairros São Francisco e Xavantes foram analisados, área com histórico de inundação, problemas de saneamento (acúmulo de lixo, drenagem), com o caso curioso da definição de localização de ETE no morro, apesar dos problemas operacionais em função do preço da terra, que em meio a todos os impasses, nunca chegou a ser edificada.

A pesquisa constatou também que nessa escala municipal a gestão é muito pouco transparente. Os canais de participação não funcionam, existem práticas culturais clientelísticas, há pouco acesso aos canais institucionais, com correlação de forças muito desigual, aliança muito mais forte entre empresa e estado (capital privado e setor público), do que entre setor público e população. Também há evidências de desperdício de recursos públicos.

Heloísa Costa

A pesquisadora abordou a trajetória da temática da mesa dentro da ANPUR. A 1ª sessão claramente identificada com questões ambientais urbanas aconteceu em 1999, claramente dedicada à questão ambiental, no encontro da ANPUR de Porto Alegre.

A partir daí o tema aparece regularmente dentro das sessões. Há o lado positivo, mas ainda não há clareza sobre o que fazer, se incorporar o tema em todo o evento ou explicitar o tema

em sessão temática específica para a questão ambiental. A reflexão sobre essa possível mudança de perspectiva é o mote de sua fala:

Em 1999 também foi lançado o primeiro número da revista RBEUR, com o artigo seminal do Henri Acselrad sobre sustentabilidade urbana, a partir de quando a temática comparece na revista. A sessão foi muito rica, muitos dos apresentadores faziam um esforço de rever termos conceituais e teóricos, tentando esverdear o debate mais que se ater a dimensões setoriais, como tem sido a nossa trajetória se olharmos para trás.

Depois disso, houve a proposta por um grupo, que em grande parte estava na mesa, de um promover um Seminário Nacional sobre os impactos ambientais da urbanização e a temática das APP Urbana em 2007, abordando os conflitos urbano ambientais, reeditado em Natal em 2012. Via-se claramente um primeiro exercício de caminhar para uma linguagem mais comum ente profissionais de áreas distintas.

Os eventos contaram com o apoio da ANPUR, em Natal a incorporação da discussão ambiental urbana estava mais amadurecida, com clara convergência dos campos ambiental e urbanístico na mesma direção, mas sem avanço teórico significativo, apesar da riqueza dos estudos de caso. Na avaliação do seminário houve recomendação de se inventariar o que vem sendo produzido na área. Esse levantamento foi feito por duas alunas de pós-graduação da professora Dulce Bentes, coordenadora do evento em Natal, para o período de 2001 a 2012, com os seguintes resultados:

Quatorze artigos diretamente relacionados com o tema no universo das publicações (websites) da Anpur, Anpocs e Geocrítica. Palavras chaves: socioambiental, meio ambiente urbano; APPS urbanas, com abordagens diversas, que evoluíram segundo períodos de tempo (2004: qualidade de vida; 2005: planos diretores municipais; 2008: preservação ambiental em contexto urbano, função social da propriedade, conflitos entre proteção ambiental e gestão urbana).

Teses e dissertações: 3.293 trabalhos entre 1991 e 2012; e 179 trabalhos entre 2000 e 2012 (disponíveis no portal biblioteca digital do MCT <http://bdt.d.ibict.br/>).

Maior refinamento para as palavras chaves: APP Urbana; Ambiente Urbano; Sódio ambiental..

Desafios para reflexão:

1. Apesar desses números e do detalhamento da pesquisa está claro que é preciso avançar mais no debate teórico. Por onde passa o avanço teórico? Há conciliação possível, dadas as naturezas epistemológicas tão distintas das áreas que contribuem para esse debate?
2. Mediações possíveis, já experimentadas pelos pesquisadores da ANPUR, passam pela abordagem dos conflitos sócio-ambientais. Outro viés é a articulação entre Planejamento e políticas públicas, com muitas iniciativas, pois a dimensão territorial das políticas deixa a discussão mais palpável. Ex: a gestão de bacias não corresponde à discussão do municipalismo.
3. Há muito potencial de avanço a respeito das novas territorialidades, novas institucionalidades, e do universo dos vários planos de caráter territorial (saneamento, regularização fundiária, etc.).

Maria Lúcia Refinetti (Malu)

Apesar da oportunidade de resgatar os conflitos apontados desde 1999, a pesquisadora propôs outra abordagem, na linha de questionamento da interface urbano-ambiental, mas mais focada na trajetória do conflito entre morar e preservar a natureza.

Ela traz um olhar metropolitano, atento aos paradigmas de ensino e do planejamento, que constitui, queiramos ou não, o discurso da racionalidade de quem tem o poder da formulação dos conceitos e da agenda política e econômica.

A primeira interface que cabe colocar para o tema, é do campo jurídico, onde emergem duas perspectivas diversas: dos interesses difusos, especialmente os que se referem às questões ambientais, direito positivado e objetivo; enquanto tudo o que se refere à cidade e à moradia está no campo dos direitos sociais, direitos a serem conquistados, tais como saúde, educação e moradia. São duas naturezas distintas, que precisam ser compreendidas.

Existe uma relação entre aspectos ambientais e os problemas sociais e urbanos, tais como habitação precária em áreas ambientalmente sensíveis, no Brasil em geral,

na RMSP, e nas cidades da América Latina, afirmação baseada na produção de rede ibero-americana, em que atua desde 2003, que aborda essa temática.

Esse sentimento pode ser tomado como um reconhecimento da existência de imbricação entre aspectos sociais, ambientais e urbanos; contudo os desastres ambientais são percebidos como conseqüências de ações inadequadas no trato da natureza, e pouco se questiona a relação dos mesmos com o modo de produção, com o poder do desenvolvimento e com os padrões determinados pela sociedade de consumo. Essa condição está presente em todas as escalas.

No meio rural o aparente conflito entre ruralistas e ambientalistas, envolve o debate do atual modelo de desenvolvimento (ex: agronegócios e commodities versus produção de alimento; exportador versus mercado interno; ciência concentradora ou distributiva). Esse tipo de contraposição também é encontrada no meio urbana e a possibilidade de conciliação, passa pela mediação dessas interfaces.

Nas metrópoles, destaca-se o relacionamento entre centralidades e economia. A grande desigualdade social observada no Brasil faz com que a desigualdade de acesso à moradia social e à cidade sejam protagonistas na abordagem da cidade e da metrópole, particularmente dada a amplitude da informalidade e da irregularidade, o que, por sua vez, ressalta a relevância da interface urbano ambiental, manifesta no conflito entre habitação informal e o meio ambiente.

A pesquisadora destaca a necessidade de crítica para as atuais formas de produção do espaço urbano, tanto no meio formal quanto informal. A produção de loteamentos precários de baixo custo, em áreas ambientalmente frágeis, o aumento da densidade das favelas, a verticalização informal sem condições técnicas, o aumento de moradores por domicílio são a realidade de hoje.

Onde e como acomodar esse crescimento é o grande desafio, ao mesmo tempo em que bairros inteiros já consolidados contam com imóveis degradados por falta de manutenção. Sem uma ação propositiva não há chance de tratamento adequado da questão ambiental.

Elementos concretos deste cenário: venda de lajes por 30 mil reais sobre solo informal, ou “solo criado informal”; balanços com risco de desabamento, prenúncio de desastre físico e ambiental iminente.

O discurso ambiental tradicional incorporado às políticas urbanas vem sendo utilizado para sustentar práticas de projeto que têm mais acirrado conflitos sociais ambientais, do que contribuído para seu enfrentamento, nos casos de ocupação de áreas de mananciais e de protegidas em geral.

O mapa dos incêndios em favela, do blog Fogo no Barraco, e o projeto de monitoramento de Remoção (cheque despejo) da associação dos geógrafos apresentam evidências sobre o exposto. Observa-se uma mudança no padrão dos modelos urbanísticos e seus desdobramentos (as mudanças no planejamento municipal e na legislação urbanística), que consiste na cooptação pela especulação dos produtos de lutas sociais. As mudanças de regras fixas para os instrumentos negociais, resultado de lutas sociais associadas à reforma urbana, se tornaram mais funcionais ao mercado, face à correlação de forças do século XXI. Nessas circunstâncias, o mais forte leva vantagem. Após super acumulação e as transformações do sistema financeiro, e a decisão de aportar na cidade, o setor imobiliário não se resume apenas ao circuito econômico financeiro, falta discutir suas diversas manifestações (formas) e sobre elas tem havido pouquíssima discussão. O direito à cidade não se refere apenas pelas lutas por apropriação, ele tem formas. Consta-se que o próprio design da cidade pode ser excludente e impossibilitar a fluidez do conjunto da população. Não se trata apenas de uma demanda técnica do Estado, mas de uma discussão ampla política, econômica e de valores do conjunto da sociedade. Para abrigar uma população crescente em um espaço finito, sem transbordamento para áreas naturais, é necessário intensificar seu uso, prover serviços e democratizá-los. O debate da interface urbano ambiental requer que se faça o debate dos valores políticos, culturais e ideológicos do país, com desdobramento sobre o modelo de desenvolvimento, condições sociais, violência, risco, de modo a evitar que as certas questões fiquem sistematicamente escamoteadas, tais como a afirmação da Constituição do Equador, que sem respeito à natureza não existe meio ambiente.

Laura Bueno

A pesquisadora apresenta uma reflexão sobre como se deu o processo de “ambientalização” de sua formação, resgatando experiências de formação acadêmica e profissional do arquiteto e urbanista, como contribuição para a discussão interdisciplinar. Resgatou eventos marcantes e a experiência

de aprendizado junto aos professores Lena Machado e Ari Fernandes, que nos anos 1980 fortaleceram o enfoque ambiental a partir do trabalho com a água, e representaram um marco na formação de arquiteto e urbanista pela PUC Campinas. A partir daí constatou que a questão ambiental existe, e que a cidade está inserida em um contexto maior.

Outro marco importante foi a introdução da disciplina dedicada às ferramentas de geoprocessamento, que permite o desenvolvimento de trabalhos nos quais emerge o choque de (ampliação das) escalas da cidade para a região. A mudança de escala torna a questão mais abstrata ou concreta para o aluno. Na pós-graduação observa que a maioria dos alunos é composta por profissionais de carreira do setor público.

O desenvolvimento de pesquisa sobre habitação e meio ambiente desde os anos 1980, a experiência como profissional em uma carreira de planejamento na PMSP, onde atuou na urbanização de favelas, na coordenação de erradicação de favelas, e coordenação de risco, trouxe à tona o tema da APP Urbana. Aplicação do código florestal em 1980 versus a exigência de criação de uma faixa de 5m ao longo dos córregos para permitir que uma máquina entrasse para limpá-lo, eram temas ligados à questão ambiental ainda na escola. Temas mais recentemente diretamente ligados à dimensão ambiental do urbanismo são a ampliação do mercado através das obra de urbanização de favelas, em pesquisa recente, dedicada à avaliação de planos diretores observou que a preocupação com a preservação de biodiversidade raramente foi acompanhada por estratégias financeiras para sua operação.

Quais são os interesses em jogo? Apontou a frágil cultura de planejamento territorial como um fato relevante, em 1989, 50% dos municípios brasileiros não tinham nenhum profissionais com formação sobre o território – cartografia, rede hidrográfica, bioma, etc. Os concursos públicos, somados às faixas salariais oferecidas, e à ineficiência da máquina administrativa afastam bons profissionais desses contextos, quando para ter acesso a ferramentas necessárias (software), é preciso pagar para trabalhar. Outras evidências de carências são desde o aparelhamento do Ministério das Cidades sem planejamento, a clássica subordinação das ações públicas a um calendário eleitoral, o desenvolvimento de soluções para as demandas do setor público em empresas de consultoria (setor privado), até o desaparecimento do interesse público dos órgãos responsáveis pelo assunto nas prefeituras.

O problema da captura da gestão pública municipal pelo setor imobiliário é uma contradição importante, uma vez que, por exemplo, o saneamento ambiental é chave para a maior parte dos problemas da cidade (abrangência da cobertura das redes e serviços, coleta e destino final adequado).

A fragilidade histórica colocou esses temas em campos setoriais (seja moradia precária ou saúde), e dessa forma, o setor de saneamento não aceita a conta para resolver o passivo de habitação existente. Em milhares de caso o indivíduo tem que “se virar”. Pessoas financiaram com seus recursos de 70 a 80% da habitação em assentamentos informais, enquanto que outras, inseridas no cidade formal, podem ter acesso ao financiamento público ou privado. Essa situação gera uma dívida social a ser enfrentada.

O esforço para o sucesso da política nacional de resíduos sólidos é necessário e deve ser colocado na agenda pela ANPUR, no âmbito da questão territorial. Assim como as pesquisas sobre morfologia urbana e seus impactos sobre as mudanças climáticas. Qual a morfologia proposta pela reforma urbana?

Marília Steinberger

Tarefa inglória do debatedor. Se eu pensar na palestra da Eliana – qualidade de vida urbana subjetiva e ligação com o lugar – que leva ao conceito geográfico. Heloísa – necessidade de avançar no debate teórico. Malu - poder, planejamento como algo que reflete a racionalidade do poder. Laura – relação entre urbano e regional.

Coordenou a sessão sobre meio ambiente urbano realizada no Encontro da ANPUR de 1999, e assumiu a tarefa de elaborar artigo sobre o estado da arte da produção da ANPUR até aquela data, o artigo deveria ser pautado na produção existente, o que lhe impôs o desafio de não ferir suscetibilidades. A tarefa foi complicada mas gratificante, e levou à conclusão de que não havia consenso mínimo sobre o assunto. Há muitas formas de ver o tema, após doze anos essa riqueza cresceu, e ainda há desafios a serem enfrentados. Há três temas novos na ordem do dia: mudanças climáticas, desmatamento e biodiversidade, cuja abordagem não tem nada a ver com a escala intra urbana, mas que na verdade tem!!! São questões mais amplas, a necessidade de olhar para fora para compreender melhor o que acontece dentro das cidades.

Evocou o artigo de 2001 da Eliana Bessa, trabalho muito bom sobre os indicadores, não propriamente sobre a dimensão subjetiva ou lugar, mas já mostrava como cada ator olha o processo (qualitativo e quantitativo). Conclusões (transparência da gestão pública, correlação de forças, desperdício) interessantíssimas, mas não são específicas, estão ligadas a qualquer política. Sobre a posição da Heloísa, destaca o alerta sobre a necessidade de avançar no debate teórico e sobre a discussão sobre se o ambiental seria um tema isolado ou perpassaria outros temas.

Encantou-se com o modo como a Malu abordou a interface urbano ambiental – o solo criado informal, o blog Fogo no Barraco, a questão dos instrumentos negociais é muito interessante. Devemos esperar o estado dar resposta? Como vamos lidar com a questão?

Baseada na sua pesquisa, a debatedora acrescentou vem testando posições sobre a problemática da inserção do espaço urbano no ZEE na disciplina urbanização e meio ambiente, que existe há doze anos, e que tem servido de parâmetro para ela sentir a reação a idéias novas por parte da audiência. Identifica duas dimensões para a discussão, a da sustentabilidade, e do crescimento desordenado. Essas expressões viraram modismo e aparecem desde os trabalhos acadêmicos até à propaganda imobiliária, de consumo, etc. Lembra o artigo sobre Amor Sustentável, (ou seria duradouro?) também como exemplo do uso gracioso da palavra sustentável. Cita que em 2005, Ana Clara Torres, já expunha essa situação no texto “Metrópole, a insustentabilidade do ser”.

Sobre o crescimento desordenado, há inconformismo com a banalização da expressão pela mídia. Cita o programa Cidades e Soluções (Globo News) onde a culpa pelos desastres é atribuída ao crescimento urbano desordenado, ente responsável!

O tema chegou à ordem do dia, mas como chega à mídia é outra história, necessidade de reflexão sobre abordagens novas (teóricas que vão além do diagnóstico de culpados). Quem são os agentes, atores responsáveis pela insustentabilidade, ou pelo crescimento desordenado, como avançar com esses agentes (geopolítica do meio ambiente urbano) relações de poder sobre o território da cidade. Resgate do plano diretor, participativo, pelo estatuto da cidade. De que adiantam esses instrumentos se um ministro com uma penada só despeja nas cidades milhões de automóveis (isenção fiscal). Provocação para os GTs e Assembléia Geral da ANPUR: é possível discutir a importância ou essencialidade do termo planejamento?

Público

Eliana Bessa: quer discutir uma questão que surge a partir das falas, a pouca cultura de planejamento regional dos municípios, e a dificuldade de articulação do planejamento regional com o municipal. A gestão pública na esfera municipal tem um peso enorme na questão ambiental (discorda de Marília). Ex: saneamento hoje associado à saúde – conexão entre aspecto físico ambiental, urbano e lugar. Para reverter quadro de saneamento, substituindo o debate sobre a qualidade, a política pública não pode estar dissociada na questão ambiental, deve perpassar todas as questões presentes (campos).

Roberto Luiz Monte-Mor: comentou o pedido que recebeu da ANPUR/ IPEA para investigar como o tema desenvolvimento está sendo tratado na área dos estudos urbanos e regionais, no âmbito de uma pesquisa que o IPEA desenvolve para todas as áreas. Houve uma inflexão nessa direção em 1991, mas a questão urbana só vai aparecer em 1999, apareceu também dentro da ABEP e provocou racha dentro do grupo. A questão urbana só entrou nessa discussão do desenvolvimento sustentável no final da década de 1990. Houve uma transformação muito significativa, primeiro tecnológica, mas que depois ganhou outro tom. Lembra a etimologia da palavra desenvolver: no espanhol, desembrulhar, no inglês, desenvolver. Planejamento do desenvolvimento é complicado, não queremos mais desenvolver, queremos nos des-envolver do desenvolvimento.

Virgínia Pontual: quem defende? Quem é o malfeitor das cidades? Vejamos a situação de Recife, onde o MDU tem assento no conselho de desenvolvimento urbano, mas nas últimas grandes polêmicas da cidade foi voto vencido (duas torres, loteamento na margem do rio Capiberibe). Qualidade de vida, tem que ser avaliada para toda a cidade, não dá para pensar apenas nas áreas pobres. Tentativa de conceituar ou reconceituar a noção de planejamento. O ritmo da implantação da infraestrutura é diferente do ritmo de adensamento – aparentemente inconciliável.

Edna Castro: e o caso dos programas com o nome de planejamento do desenvolvimento regional? gostou muito da pergunta da Marília. A gente brinca de planejar, desenvolvimento – processo de modernização, concentrador. Não é planejamento sustentável. A sustentabilidade teria um status conceitual, seria uma utopia? Em determinado momento se discutia o processo histórico. Descolonização do desenvolvimento. Nó – questão do planejamento. Nome PLADES – ninguém conseguiu tirar até hoje. O que a ANPUR acha, como associação?

Resposta da Mesa:

Malu: como responder ao significado de planejamento? Não sabe qual conceito deve ser usado. Partir do que temos em comum pode ser mais claro.

Laura: reforça algumas questões, considera que o termo planejamento é fundamental para a vida humana, racionalidade, discussão sensível. Considera que há uma negação da ideia no que se refere ao interesse público, pensa que é importante que nós trabalheemos com a formação de professores, pesquisadores que a vejam como uma ferramenta fundamental para a prática da gestão urbana e regional. Precisamos questionar o planejamento negocial e deixar claro que o desenvolvimento urbano é uma área do setor produtivo, em que um grupo de empresas produz espaço para vender. Neste ponto essa discussão se mistura com a questão da qualidade de vida urbana e bem estar de sua população. Há um vazio na estrutura administrativa sobre a qualidade de vida das cidades e enorme preocupação com o sucesso dos negócios do setor privado. Esse desafio é muito importante, travestido de mecanismo de tradição urbanística – discussão dos índices, sem atenção para o resultado espacial e qualitativo desse ambiente, jurista que redige algumas regras que supostamente melhorariam a cidade, a pesquisa sobre morfologia, conforto ambiental, merece mais consideração como instrumento de planejamento. Mudanças climáticas, são uma importante colocação (se reporta à pesquisa financiada pela FAPESP/ FAPERJ sobre formas de ocupação urbana e mudanças climáticas). O projeto do qual faz parte é o único projeto do edital que considera o ser humano, trata-se de pesquisa singela, mas o grupo de pesquisadores espera ter resultado interessante para daqui a um ano. Laura foi designada para propor proposta de sessão livre no encontro da ANPUR e não achou GT para o tema. Outra questão importante é o oportunismo dos setores das ciências duras sobre as ciências sociais, mas o assunto é gravíssimo do ponto de vista da metrópole, tema que precisa ser colocado. Cita artigo do professor Scheibe, publicado em 2004 que também discute o sentido de “desenvolver”, na linha que o Monte Mor coloca, do abrir-se para fora. Proximidade entre desenvolvimento e globalização, em última instância a autonomia da nação é colocada em cheque pelo desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento endógeno, recoloca a questão da utopia, como construir visão de futuro abrangente e menos destrutivas. Na antítese, Carlos Walter questiona a ideia de direitos, defende luta pelo bem viver. Ideia de um futuro mais adequado.

Norma Lacerda: destaca o adensamento das favelas mais consolidadas, dinâmica do mercado de aluguel, como externalidade, morar perto da família, do trabalho. E sobre o IPI, comemora e deseja que todo mundo possa ter um carro. A questão é o como usá-lo.

Rodrigo Simões: lindo discurso do desenvolver, mas não podemos abrir mão dessa agenda, contra quem estamos nos defendendo? A primeira vez que o tema foi usado por Lênin, a Rússia desejava romper os privilégios. Vamos avançar, mas não podemos abrir mão desta agenda sob pena se estarmos perdidos.

Liza Andrade: aponta a transdisciplinaridade como alternativa ao desafio do encontro das ciências sociais com as ciências da natureza, e a relevância da subjetividade (como tratado pela Eliana), uma vez que o futuro incerto passa pelas questões ecológicas profundas e não pelas de mercado.

Marília Steinberger: De que direito se fala: dos que tem carros, ou dos milhões que querem ter direito à mobilidade?

Heloísa Costa: menciona projeto do CNPq que viabilizou rede brasileira de pesquisa em mudanças climáticas (com um braço de mudanças climáticas nas cidades). Inicialmente a rede foi coordenada por Daniel Hogan, agora segue com Roberto do Carmo, mas funciona precariamente e deve ser reestruturada, contudo ajuda a propor debates nos encontros nacionais da ANPPAS, ANPUR, ABEP, ANPOCS.

Maria Lúcia Refinetti: Anuncia o terceiro encontro nacional sobre APPs Urbanas, e proposição de sessão temática sobre APPs no próximo evento da ANPUR.

GT 2 Configurações atuais da pesquisa e do ensino de pós-graduação na interface urbano-ambiental: atualizando a agenda de pesquisa.

Mediadora: Marília Peluso (UnB)
Relatora: Ana Cláudia Cardoso (UFPA)

Toda a discussão do grupo de trabalho ateuve-se ao âmbito da própria ANPUR, com questionamento a respeito de como a associação poderia avançar em seus posicionamentos, nas suas recomendações para a sociedade, e na sua capacidade de influenciar a formação de planejadores relacionados à temática urbano-ambiental.

Inicialmente destacou-se o quanto a questão ambiental está crescendo em outros fóruns de pesquisa (ex: ANTAC, ANPPAS), e que à ANPUR caberia disseminar o pensamento crítico para as demais áreas, pois a associação se constitui em espaço privilegiado para o debate do desenvolvimento.

Alguns impasses teóricos estão claros, mas se essa for a diretriz assumida, há possibilidade de avanço na compreensão dos processos e na visibilização dos agentes oprimidos em conflitos sócio-ambientais urbanos. Há necessidade de fomento à pesquisa crítica capaz de propor visões de futuro, e articular escalas.

Houve também reivindicação da articulação da dimensão ambiental com a cultural, aspecto que ainda está completamente fora da atual capacidade de formulação de políticas públicas. Sob essa perspectiva qual seria o significado da conservação da água (rios e bacias) para aglomerados humanos, por exemplo? A reflexão sobre a cultura do desmatamento e da limpeza étnica é pertinente para a Amazônia, e também para as áreas indígenas da região Sul (Terras Guarani). O que está evidente é o apartamento da natureza, e observa-se que a investigação está muito focada no que está acontecendo no presente, mas incapaz de pensar um futuro que naturalize a cidade. Ninguém assume sua parcela de responsabilidade no processo, ao invés disso há uma busca de culpados, que pode ser superada a partir de uma perspectiva holística, possível no âmbito da ANPUR.

Conceitos tais como ambiente, sócio-ambiente ou território e seus atributos, devem ser qualificados a partir do impacto que sofrem pela ação do processo de produção capitalista. Por outro lado, o campo não deve ser confundido com o subúrbio urbano. O campo tem tipologias próprias, morfologias distintas, e há de se entender como estas se transformam ao longo do processo de conversão do campo em cidade. A racionalização restrita de cada campo disciplinar reforça a cisão, e aí reside mais a oportunidade de contribuição da ANPUR.

Uma forma de entrada poderia ser a revisão da maneira como o tema ambiental é tratado em cada uma das associações (as tecnológicas, a geografia, a arquitetura). A ANPUR tem o foco no planejamento e abrange desde a economia, a administração, o urbanismo, a geografia, mas não temos clareza a respeito de como se dá a formação de um planejador. Com tal diversidade é difícil padronizar ou construir uma cartilha comum.

Uma nova racionalidade faz-se necessária, para reformular o pensamento e promover a transdisciplinaridade. Como a ANPUR age? Como se manifesta publicamente sobre este tema? Até onde o dilema de associar o urbano e o ambiental não passa pelo equacionamento do social e do ambiental?

Como muda a atuação do planejador conforme as escalas, se urbana ou regional?

Que ferramentas um profissional dedicado ao planejamento territorial deve dominar? Visão ecossistêmica, estatística, geoprocessamento? Ou a compreensão da sociedade humana com seus conflitos e lutas?

Um caminho possível seria o enfrentamento de uma necessária discussão epistemológica no âmbito da área de formação do planejador, para esclarecer como competências foram construídas, explicitar as lacunas existentes a respeito do tema abordado, e fomentar o debate em busca de possíveis soluções.